



ROTEIRO CDU SINTRA

UM TERRITÓRIO QUALIFICADO

NO RESPEITO PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DAS POPULAÇÕES

A CDU PROPÕE A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA TAPADA DAS MERCÊS

O processo de desenvolvimento urbanístico da Tapada das Mercês assemelha-se ao de outros espaços urbanos periféricos da AML criados a partir das décadas de 1960 e 1970, que se desenvolveram ao longo dos eixos radiais definidos pelas linhas de caminho-de-ferro, que partindo de Lisboa serviam os corredores de Sintra, Cascais e Vila Franca de Xira.

Com origem na década de 70, a primeira fase do processo de urbanização arrastou-se durante mais de três décadas, passando por diversos momentos e opções. O processo inicial foi aprovado por despacho governamental em 1974 e propunha um acréscimo populacional de 27.500 habitantes, fundamentando as suas opções com a proximidade da via-férrea.

Desde o início que o processo mereceu a atenção dos eleitos do PCP e de outros democratas, hoje constituintes da CDU, no sentido de obviar a uma demasiado elevada densidade de construção, de garantir equipamentos e espaços verdes e de fasear a urbanização, exactamente para controlar o cumprimento das obrigações do urbanizador.

Passando, em 1986 e 2001, por alterações ao alvará inicial que vieram densificar o modelo inicial de ocupação, a urbanização sofreu ainda de uma inaceitável falta de atenção dos serviços municipais, responsáveis por um acréscimo do número de fogos permitidos, com consequente densificação da construção e prejuízo do espaço público, do verde e das áreas de equipamento. Neste momento, na área da 1ª fase da urbanização, estão construídos 5595 fogos. Deveriam estar construídos 50% do número total dos fogos, estão construídos 71%. Sempre a CDU esteve contra estes processos de densificação.

Os espaços verdes e os equipamentos, esses, continuam a faltar, sendo especialmente de notar a falta do Centro de Saúde. Dentro das possibilidades dos seus pelouros, quer na Câmara quer na Freguesia de Algueirão- Mem Martins, a CDU tem

contribuído para a melhoria da situação. São exemplos a construção do Mercado e da Casa da Juventude e ainda os polidesportivos, como o da Josefa d'Óbidos.

Em 2014, a Câmara assinou com o promotor um acordo com o objectivo de assegurar a conclusão das obras de urbanização da primeira fase e o licenciamento da 2ª fase, ou Quinta da Marquesa. Da parte do promotor não se verificou o cumprimento dos compromissos assumidos e, como consequência, a Câmara decidiu, em Fevereiro de 2016, por unanimidade, declarar a caducidade do loteamento da Quinta da Marquesa.

Fica deste modo clara a opção, esgotadas que estão todas as muitas hipóteses dadas ao promotor, de ser o município a avançar com o processo de requalificação da Tapada das Mercês. Exigem-no os 20.000 habitantes que aqui estão, exige-o o contínuo urbano de Rio de Mouro-Rinchoa-Mercês-Algueirão-Mem Martins, de que a Tapada constitui clara centralidade.

Neste sentido, a CDU de Sintra irá avançar em todos os órgãos autárquicos do concelho e das freguesias de Algueirão-Mem Martins e de Rio de Mouro com a **PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA TAPADA DAS MERCÊS**.

Incorporam a proposta:

1 - Candidatura, através do Município de Sintra, da Tapada das Mercês a um dos 25 Planos de Acção Local Para Reabilitação de Áreas Urbanas, constantes do Programa do Governo da República;

2 - Elaboração de um Plano de Pormenor para a Tapada das Mercês que tenha em atenção:

a) A centralidade da Tapada no contexto do contínuo urbano de Rio de Mouro, Rinchoa, Mercês, Serra das Minas, Algueirão e Mem Martins;

b) A melhoria da mobilidade ferroviária, valorizando a Estação da Tapada das Mercês como ponto de circulação de pessoas e de trocas multiculturais;

c) A melhoria da acessibilidade rodoviária na ligação ao IC16;

d) A centralidade local da zona estação-centro comercial, com a adopção de medidas de apoio ao comércio e convivialidade de rua;

e) A requalificação do equipamento desportivo e cultural existente;

f) A criação de um parque urbano nos limites entre a Tapada das Mercês e a Rinchoa, aproveitando a riqueza natural existente;

g) A impossibilidade de criação de mais fogos na área da Quinta da Marquesa, reservando-a para novos usos urbanísticos essencialmente voltados para o desporto, a saúde o lazer e os serviços que estes requeiram, servindo como resposta às carências existentes no contínuo urbano e possibilitando o investimento público e privado, com a consequente criação de emprego, público e privado, nestas áreas de actividade.